



Relatório Mensal de Atividades RMA JANEIRO- 2026

GRÊMIO ESPORTIVO JUVENTUS “Em Recuperação Judicial”



(41) 3014-7414



contato@goldston.com.br



goldston.com.br



ÍNDICE

	OBJETIVO DO RELATÓRIO	01		POSIÇÃO CONTÁBIL DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADO	18
	ESTRUTURA SOCIETÁRIA E INFORMAÇÕES CADASTRAIS E GERAIS	02		ÍNDICES DE LIQUIDEZ E ENDIVIDAMENTO	21
	CHECK-LIST DOS DOCUMENTOS	06		CREDORES SUJEITOS	26
	MOVIMENTAÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS/ COLABORADORES	08		DÉBITOS TRIBUTÁRIOS	27
	ANÁLISES DOS DADOS CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	09		CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
	POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL ATIVO	11		ANEXOS	33
	POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL PASSIVO	14		ANDAMENTO PROCESSUAL	34
	POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL	16		CONTATO EQUIPE	35





OBJETIVO DO RELATÓRIO

Com base nas disposições previstas na Lei nº 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, e na Recomendação nº 072, de 19 de agosto de 2020, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o presente documento tem por finalidade apresentar o Relatório Mensal de Atividades **RMA**, referente ao mês de janeiro de 2026, da Recuperanda **GRÊMIO ESPORTIVO JUVENTUS** Autos: Recuperação Judicial nº 5000754-78.2025.8.24.0536.

Ressalta-se que as análise para elaboração deste RMA tiveram como base as informações quantitativas e qualitativas fornecidas pela recuperanda. As informações utilizadas são de responsabilidade da própria recuperanda, com dados válidos até 31 de Dezembro de 2025. 31 de janeiro de 2026.





INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO DO CLUBE

02

O Grêmio Esportivo Juventus é uma associação esportiva sem fins lucrativos, sediada em Jaraguá do Sul/SC, voltada predominantemente ao futebol.

O clube foi fundado em 1º de maio de 1966, tendo obtido seu registro de CNPJ apenas em 26/03/1971, data em que passou a contar com formalização cadastral junto aos órgãos competentes.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 30/12/2023 foi eleita e empossada a diretoria do Grêmio Esportivo Juventus para o período de 2023 a 2027 e a gestão atual é composta por:

Presidente: Paulo Ricardo Raimondi

Vice-presidente: Júlio César Vieira

2º Vice-presidente: Jefferson Luís Reuters

Tesoureiro: Marcelo Gonçalves de Freitas

Conselho Fiscal: Ismael Zabel, Carlos Henrique Heinert, Jéferson Motta

Suplentes do Conselho Fiscal: Sheila Cristina Guimarães e Matheus Kaiser Hernacki.

Apesar de sua natureza associativa, o clube opera de forma semelhante a empresas esportivas, com atividades estruturadas, gestão e controle financeiro, quadro diretivo definido e celebração de relações contratuais diversas, sendo proprietário do estádio João Marcatto, o qual é utilizado para o desenvolvimento de suas atividades.

CNPJ/MF: 84.438.316/0001-50

ATIVIDADE: 93.12-3-00 - Clubes sociais, esportivos e similares

Matriz: Sede: Rua Mathias José Martins, 90, Jaraguá Esquerdo, Jaraguá do Sul/SC, CEP: 89.253-340

Presidente: Paulo Ricardo Raimondi (2023-2027)





INFORMAÇÕES GERAIS

INFORMAÇÕES APRESENTADAS PELA RECUPERANDA

03

Em janeiro de 2026, a recuperanda apresentou as seguintes informações:

Deu continuidade às suas atividades regulares, voltadas ao desenvolvimento esportivo e à preservação de suas estruturas.

Destacou, no período, a reforma do telhado do salão social localizado ao lado do campo, com a substituição da cobertura, além da realização de limpeza interna do espaço. Apontou que tais providências tiveram como objetivo viabilizar futuras locações e a realização de eventos, bem como assegurar a adequada conservação do imóvel.

Informou que foram realizados serviços de limpeza geral do campo, pequenos reparos e demais intervenções necessárias à manutenção da estrutura, garantindo a continuidade das atividades desenvolvidas pela recuperanda.





INFORMAÇÕES GERAIS

MEDIDAS DE REORGANIZAÇÃO APRESENTADAS PELA RECUPERANDA

04

Das medidas apresentadas pela recuperanda no mês de janeiro de 2026, foi informado o objetivo de manter como prioridade estratégica o avanço das tratativas para a constituição de Sociedade Anônima do Futebol (SAF), em parceria com investidor sediado na África do Sul.

Afirmam que a estruturação da operação representa medida relevante para o fortalecimento da governança, reestruturação do passivo e atração de novos aportes de capital, estando a formalização do negócio condicionada à homologação do Plano de Recuperação Judicial, etapa indispensável para a segurança jurídica e consolidação da operação.

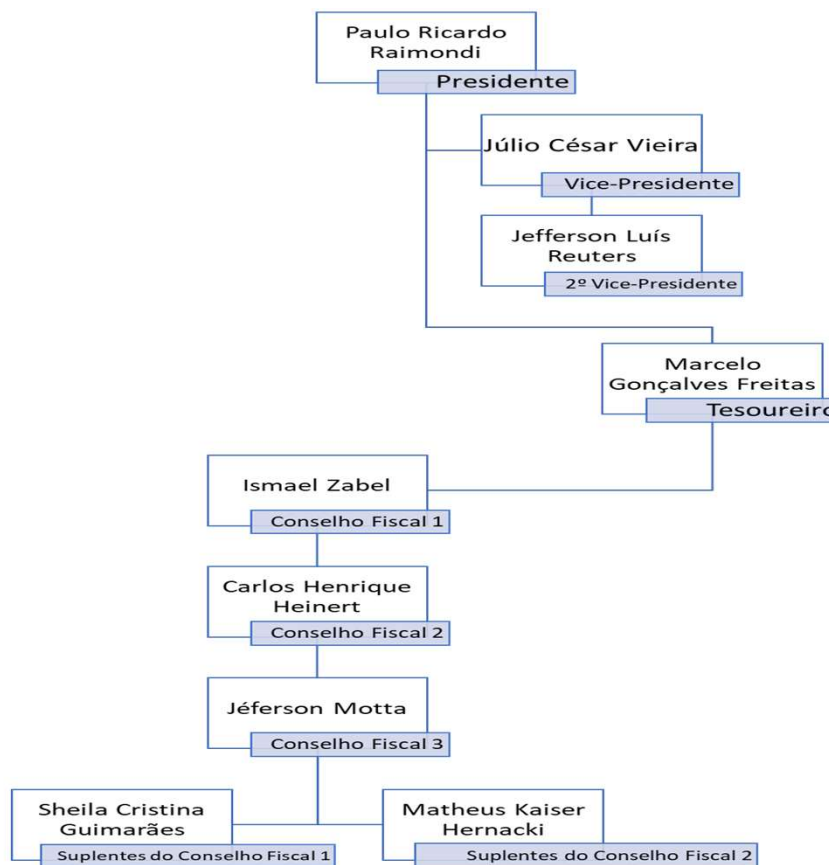
Concomitantemente, a recuperanda destaca que intensificou ações voltadas à prospecção e captação de novos patrocinadores, com foco na ampliação das receitas recorrentes e no fortalecimento de sua sustentabilidade econômico-financeira, visando assegurar condições adequadas para participação competitiva no próximo campeonato.





INFORMAÇÕES GERAIS

ORGANOGRAMA SOCIETARIO



Relacionamos a seguir os documentos selecionados para elaboração dos trabalhos, os solicitados, apresentados e/ou pendentes, bem como os não aplicáveis:

CHECK-LIST DE DOCUMENTOS (ATÉ 31/01/2026)	
Documentos	Status
Detalhamento das Informações Gerais	
1. Breve relato das atividades da empresa no período, incluindo qualquer alteração contratual relevante;	✓
2. Medidas de reorganização adotadas no período;	✓
3. Unidade em funcionamento, detalhando a situação da matriz;	✓
4. Recursos Humanos:	✓
i. Folha de pagamento consolidada.	✓
ii. Resumo da folha de pagamento, incluindo admissões, demissões, aposentadorias, férias, afastados e ativos;	✓
iii. Relatório do FGTS Digital e DCTFWEB contendo Bases e Valores de FGTS/INSS - Por CNPJ (da empresa e filiais).	✓
Detalhamento das Informações Financeiras	
1. Extratos bancários de todas as contas correntes, vinculadas e aplicações financeiras inclusive sem movimentação;	✓
2. Posição final de mês dos créditos Extraconcursais (Pós pedido de RJ e por credor), em arquivo de Excel;	✓
3. Relatório de Garantias: Informações garantias oferecidas em contratos financeiros e sua situação atual;	✓
4. Relatório detalhado das movimentações financeiras (entradas e saídas) do último mês, para entender melhor o fluxo de caixa;	✓
5. Relatório analítico das contas pagas no mês de referência;	✓
6. Relatório analítico das contas a pagar pós pedidos de recuperação judicial;	✓





CHECKLIST DOS DOCUMENTOS

CHECK-LIST DE DOCUMENTOS (ATÉ 31/01/2026)	
Documentos	Status
Detalhamento das Informações Tributárias	
1. Relação de Impostos a Pagar detalhada, incluindo aqueles que estão em discussão administrativa ou judicial, com informações sobre o status atual, incluindo aqueles que estão em discussão administrativa ou judicial, com informações sobre o status atual;	✓
2. Relação de impostos após pedido de Recuperação Judicial que se encontram vencidos em arquivo formato de Excel, contendo as informações: Tipo de imposto, competência, valor original, multas, juros, encargos e valor total;	✓
3. Guias de recolhimento acompanhadas dos comprovantes de pagamento dos tributos e contribuições, tanto correntes quanto parcelados. Caso não haja pagamentos, favor informar a descrição dos tributos, a data de vencimento e o valor correspondente;	✓
4. Relatório fiscal da situação fiscal (“Diagnóstico Fiscal na Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional”),gerado pelo E-CAC, Situação fiscal prefeitura e prévia certidão estadual Paraná.	✓
Detalhamento das Informações Contábeis	
1. Balancete Mensal Analítico (nível 5) constando saldo inicial, débitos, créditos e saldo final, em arquivo formato de Excel; Mensal;	✓
2. Demonstrações Financeiras - Balanço Patrimonial; Mensal;	✓
3. Demonstrações Financeiras Demonstrativo de Resultado do Exercício; Mensal;	✓
4. Demonstrações Financeiras - Demonstrativo de Fluxo de Caixa; Mensal;	✓
5. Em cumprimento ao estabelecido no CNJ, além dos documentos constantes nos itens anteriores, letra “1” e “2” (em Excel), os mesmos documentos também deverão ser enviados em formato PDF, assinado pelo Contador;	✓
6. Declaração de faturamento do mesmo período dos últimos 12 meses;	✓
7. Razão mensal de todas as contas. Mensal;	✓
8. Termo de Abertura e Encerramento do Livro razão devidamente assinado mês de Competência, Mensal.	✓





MOVIMENTAÇÃO DO QUADRO DE FUNCIONÁRIOS/ COLABORADORES

A empresa Grêmio Esportivo Juventus informa que procedeu à demissão de todos os funcionários relacionados, os quais mantinham vínculo empregatício direto com a entidade, exercendo a função de atletas profissionais de futebol.

Com a efetivação dessas demissões, a empresa passa a **não possuir**, no presente momento, colaboradores diretamente contratados em seu quadro funcional, inexistindo vínculos ativos de emprego formal com atletas ou demais profissionais.

COLABORADOR	Admissão	Demissão	FUNÇÃO
385 CARLOS EDUARDO MARTINS	07/04/2025	14/11/2025	ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL
412 GUSTAVO FLORES BORDON SILVA	24/07/2025	30/11/2025	ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL
411 JOHAN KIRCHNER LAUER	11/07/2025	30/11/2025	ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL
387 JOHANN BUETES ARNDT	07/04/2025	28/11/2025	ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL
402 JORDAN DA SILVA FERREIRA	28/05/2025	30/11/2025	ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL
390 LAZARO SOUZA DOS SANTOS	07/04/2025	30/11/2025	ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL
198 LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS JUNIOR	20/12/2019	15/12/2025	ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL
317 MARCOS CAMPOS DA SILVA	12/01/2022	15/12/2025	ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL
407 MATHEUS NERIS GRACA	28/05/2025	30/11/2025	ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL
403 VICTOR GUILHERME MASSAIA	28/05/2025	30/11/2025	ATLETA PROFISSIONAL DE FUTEBOL





FATURAMENTO

FORMAS DE RECEITA DO CLUBE

Conforme observado nas Demonstrações contábeis disponibilizadas pela Recuperanda, a análise da Receita Operacional Bruta demonstra que as fontes de recursos do Grêmio Esportivo Juventus são diversificadas. As principais modalidades de receita observada no exercício analisado são as seguintes:

- Patrocínios de empresas parceiras;
- Receitas de eventos realizados nas dependências do clube.

De acordo com as informações apresentadas pela Recuperanda, a estrutura de receitas do Grêmio Esportivo Juventus revela a dependência de múltiplas fontes de captação, combinando esforços comunitários (doações), receitas operacionais esportivas (jogos e eventos) e iniciativas de mercado (patrocínios e promoções).





FATURAMENTO

ANÁLISE DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

10

Segundo os documentos contábeis disponibilizados pela recuperanda, a Receita Operacional Bruta apresentou redução ao longo dos três exercícios analisados, passando de R\$ 270.179 para R\$ 250.889, e posteriormente para R\$ 195.909. Observou-se também mudança no perfil das fontes de receita.

- Ano 2023: o clube dependia principalmente de doações e promoções.
- Ano 2024: houve maior diversificação, com crescimento da arrecadação de jogos e presença de receitas de patrocínio, eventos e sócio torcedor.
- Ano 2025: a receita passou a ser formada majoritariamente por jogos, patrocínios e eventos, enquanto não foram registradas doações ou promoções.

A análise comparativa evidencia trajetória descendente da Receita Operacional Bruta ao longo do período examinado a Receita Operacional Bruta apresentou retração contínua e relevante entre 2023 e dezembro de 2025, com queda acumulada de 27,49%.

A Receita Operacional Bruta em **Janeiro de 2026** foi de R\$ 20.500.

(+) Receita Operacional Bruta	2023	2024	Outubro/ 25 (RJ)	Dezembro/ 2025	Janeiro/ 2026
Total	270.179	250.887	173.709	195.909	20.500
Arrecadação de Jogos	-	118.780	71.140	71.140	-
Outras Doações e Contribuições Voluntárias	172.000	44.010	-	-	-
Patrocínios	-	14.100	53.900	55.100	10.000
Receitas de Eventos	-	25.000	40.393	61.393	10.500
Receitas de Promoções	98.179	47.400	-	-	-
Sócio- Torcedor	-	1.597	8.276	8.276	-





ANÁLISES DOS DADOS CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

Oportuno destacar que a recuperanda é a responsável pelo fornecimento das informações acerca das suas atividades contempladas neste Relatório, inclusive sob a pena do artigo 171 da Lei nº 11.101/2005¹.

O balanço patrimonial é uma ferramenta essencial para a avaliação da saúde financeira de uma empresa, apresentando de forma clara e estruturada a posição patrimonial e econômica da entidade em um determinado momento. Essa demonstração contábil detalha os ativos (bens e direitos), os passivos (obrigações) e o patrimônio líquido (diferença entre ativos e passivos), permitindo uma visão abrangente sobre os recursos controlados e as obrigações assumidas pela organização.

A análise do balanço ao longo do tempo possibilita identificar tendências de crescimento ou retração, como aumento de ativos, redução de passivos ou variações no patrimônio líquido. Esses indicadores auxiliam na detecção de sinais de alerta, como o crescimento excessivo das dívidas, a redução da liquidez ou o comprometimento da estrutura de capital e oferecem subsídios para a tomada de decisões estratégicas.

Além disso, o balanço patrimonial permite avaliar a eficiência da gestão dos recursos, a capacidade de pagamento de obrigações futuras e a sustentabilidade financeira da empresa. Quando utilizado de forma contínua e integrada a outras demonstrações contábeis, como a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) e o fluxo de caixa, torna-se uma poderosa ferramenta de gestão e controle.





ANÁLISES DOS DADOS CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A fundamentação legal se encontra na Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) Art. 176 o qual estabelece a obrigatoriedade da elaboração do balanço patrimonial e define sua estrutura mínima; a resolução CFC nº 1.185/2009: aprova a NBC TG 26 que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis, com diretrizes sobre a estrutura e apresentação do balanço, como também, no regulamento do Imposto de Renda (RIR/2018) que disciplina obrigações acessórias e critérios fiscais relacionados à escrituração contábil.

Portanto, o balanço patrimonial não é apenas uma exigência legal, mas uma ferramenta estratégica indispensável para gestores, investidores, credores e órgãos reguladores, servindo como base para avaliação de desempenho, planejamento financeiro e identificação de oportunidades de melhoria contínua.

¹Art. 171 da Lei nº 11.101/2005: “Art. 171. Sonegar ou omitir informações ou prestar informações falsas no processo de falência, de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial, com o fim de induzir a erro o juiz, o Ministério Público, os credores, a assembleia-geral de credores, o Comitê ou o administrador judicial:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.”





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL ATIVO

GRÊMIO ESPORTIVO JUVENTUS

13

Balanço Patrimonial - ATIVO

BP R\$

Ativo	2023	2024	Outubro/ 25 (RJ)	Novembro/ 2025	Dezembro/ 2025	Janeiro/ 2026	AV %	AH % mês anterior
Circulante								
Disponível	855	22.497	8.794	1.864	11.524	18.592	0%	61,33%
Duplicatas a receber	-	-	-	-	-	-	0%	0,00%
Adiant. de 13º Salário	-	-	-	984	-	-	0%	0,00%
Consórcios	-	-	-	-	-	-	0%	0,00%
Total do Ativo Circulante	855	22.497	8.794	2.848	11.524	18.592	0%	61,33%
Não Circulante								
Depósitos Judiciais	1.596	-	-	-	-	-	0%	0,00%
Bens e Direitos	2.229.725	2.229.725	17.325.714	17.325.714	17.325.714	17.325.714	102%	0,00%
Instalações	8.100	8.100	131.050	131.050	131.050	131.050	1%	0,00%
Máquinas e Equipamentos	-	-	154.820	154.820	154.820	154.820	1%	0,00%
Moveis e Utensílios	-	-	76.140	76.140	76.140	76.140	0%	0,00%
Depreciação Acumulada (-)	- 729.725	- 729.725	- 729.725	- 729.725	- 729.725	- 729.725	-4%	0,00%
Total do Ativo Não Circulante	1.509.696	1.508.100	16.957.999	16.957.999	16.957.999	16.957.999	100%	0,00%
Total do Ativo	1.510.550	1.530.597	16.966.792	16.960.847	16.969.522	16.976.591	100,00%	0,04%

Fonte: relatórios contábeis da Recuperanda





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL ATIVO

Conforme as demonstrações contábeis apresentadas, o Ativo Total do Grêmio Esportivo Juventus atingiu, em janeiro de 2026, o montante de R\$ 16.976.591, registrando variação positiva de 0,04% em relação ao mês imediatamente anterior, equivalente a acréscimo de R\$ 7.069. A oscilação verificada no período decorre, substancialmente, da variação na conta “Disponível”, não havendo alterações relevantes no Ativo Não Circulante.

O **Ativo Circulante** totalizou R\$ 18.592 em janeiro de 2026, representando aproximadamente 0,11% do Ativo Total, evidenciando baixa participação de ativos de curto prazo na estrutura patrimonial da entidade. Observa-se que o circulante é composto, essencialmente, pela rubrica “Disponível”, a qual apresentou crescimento de 61,33% em relação a dezembro de 2025, quando registrava R\$ 11.524, passando para R\$ 18.592 no mês em análise.

As demais contas do circulante não apresentaram movimentação relevante no período. A reduzida representatividade do ativo circulante indica limitação de liquidez imediata, demandando acompanhamento contínuo da capacidade de geração de caixa da recuperanda.





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL ATIVO

O **Ativo Não Circulante** permaneceu estável no montante de R\$ 16.957.999, correspondendo a aproximadamente 99,89% do Ativo Total, o que demonstra que a estrutura patrimonial da recuperanda está fortemente concentrada em ativos de natureza permanente. A principal rubrica é “Bens e Direitos”, no valor de R\$ 17.325.714, acompanhada das contas de Instalações (R\$ 131.050), Máquinas e Equipamentos (R\$ 154.820) e Móveis e Utensílios (R\$ 76.140), deduzidas da Depreciação Acumulada no montante de R\$ 729.725.

Verifica-se que não houve registro de depreciação mensal no período analisado, mantendo-se inalterado o saldo da conta “Depreciação Acumulada” desde outubro de 2025. Tal ausência de apropriação periódica da depreciação merece destaque, uma vez que, sob a ótica contábil, a depreciação constitui despesa recorrente vinculada ao desgaste e à vida útil dos bens do ativo imobilizado. A não contabilização mensal pode impactar a adequada mensuração do resultado e do valor contábil dos ativos.

No mês de janeiro de 2026, o ativo da recuperanda apresentou estabilidade global, com leve incremento no disponível, mantendo-se, contudo, uma estrutura patrimonial altamente imobilizada, com reduzida liquidez de curto prazo e ausência de apropriação mensal da depreciação, aspectos que devem permanecer sob monitoramento no âmbito do acompanhamento mensal da Recuperação Judicial.





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL PASSIVO

GRÊMIO ESPORTIVO JUVENTUS

16

Balanco Patrimonial - PASSIVO

BP R\$

Passivo	2023	2024	Outubro/ 25 (RJ)	Novembro/ 2025	Dezembro/ 2025	Janeiro/ 2026	AV %	AH % mês anterior
Circulante								
Fornecedores	4.500	24.083	24.461	26.261	41.552	55.077	0,00	32,55%
Empréstimos e Financiamentos	-	133.664	684.337	697.787	709.201	703.451	0,04	-0,81%
Obrigações Trabalhistas	1.186.562	36.729	93.293	86.870	79.434	79.434	0,01	0,00%
Obrigações Tributárias	741.265	3.429.561	3.440.307	3.440.307	3.440.307	3.440.307	0,20	0,00%
Outras Obrigações	-	62.923	149.490	149.490	149.490	144.485	0,01	-3,35%
Total do Passivo Circulante	1.932.327	3.686.961	4.391.888	4.400.716	4.419.983	4.422.753	0,26	0,06%
Não Circulante								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	0,00%
Provisões para Contingência	2.054.876	3.487.329	3.487.308	3.487.308	3.487.308	3.487.308	0,21	0,00%
Total do Passivo Não Circulante	2.054.876	3.487.329	3.487.308	3.487.308	3.487.308	3.487.308	0,21	0,00%
Patrimônio Líquido								
Capital Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0,09	0,00%
Reserva de Lucros	-	-	15.449.899	15.449.899	15.449.899	15.449.899	0,91	0,00%
Déficits acumulados	(3.976.652)	(7.143.692)	(7.862.302)	(7.877.075)	(7.887.667)	(7.883.369)	- 0,46	-0,05%
Total Patrimônio Líquido	(2.476.652)	(5.643.692)	9.087.597	9.072.824	9.062.231	9.066.529	0,53	0,05%
Total do Passivo	1.510.550	1.530.597	16.966.792	16.960.847	16.969.522	16.976.591	100,00%	0,04%

Fonte: relatórios contábeis da Recuperanda





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL PASSIVO

Conforme demonstrado, o Passivo, em janeiro de 2026 do Grêmio Esportivo Juventus apresentou Passivo Total de R\$ 16.976.591, com variação positiva de 0,04% em relação a dezembro de 2025 (acréscimo de R\$ 7.069), evidenciando estabilidade global no período.

A estrutura do passivo revela predominância do Patrimônio Líquido, que totalizou R\$ 9.066.529 (aproximadamente 53,41% do total), seguido pelo Passivo Circulante de R\$ 4.422.753 (cerca de 26,05%) e pelo Passivo Não Circulante de R\$ 3.487.308 (cerca de 20,54%).

No curto prazo, o **Passivo Circulante** apresentou elevação marginal de 0,06% frente ao mês anterior, influenciada principalmente pelo aumento relevante em Fornecedores, que passaram de R\$ 41.552 para R\$ 55.077 (+32,55%, variação de R\$ 13.525), indicando maior volume de obrigações com terceiros no período.

Em sentido parcialmente compensatório, houve redução em Empréstimos e Financiamentos (circulante) de R\$ 709.201 para R\$ 703.451 (-0,81%, redução de R\$ 5.750) e em Outras Obrigações, que recuaram de R\$ 149.490 para R\$ 144.485 (-3,35%, redução de R\$ 5.005).

As Obrigações Trabalhistas permaneceram estáveis em R\$ 79.434 e Obrigações Tributárias mantiveram-se inalteradas em R\$ 3.440.307, demonstrando ausência de variação nessas contas no mês.





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL PASSIVO

No longo prazo, o **Passivo Não Circulante** permaneceu integralmente estável, composto por Provisões para Contingência no montante de R\$ 3.487.308, sem movimentações registradas entre outubro/2025 (RJ) e janeiro/2026, e sem saldo em empréstimos e financiamentos não circulantes.

Verifica-se que o passivo registrado contabilmente nas demonstrações financeiras totaliza R\$ 4.469.754,36, considerando as rubricas de fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações trabalhistas, outras obrigações e provisões para contingência. Entretanto, após a revisão realizada pelo Administrador Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, o montante efetivamente devido foi apurado em R\$ 8.425.376,30, correspondente a 69 credores habilitados.

A comparação entre os valores evidencia diferença significativa de R\$ 3.955.621,94, indicando que o passivo efetivo é aproximadamente 88,5% superior ao valor reconhecido contabilmente. Tal divergência demonstra que as demonstrações financeiras não refletem integralmente a totalidade das obrigações sujeitas ao processo.

Do ponto de vista contábil, essa diferença impacta diretamente a adequada representação patrimonial da entidade, especialmente quanto à mensuração do passivo e, conseqüentemente, do patrimônio líquido. A subavaliação das obrigações compromete a análise da real situação econômico-financeira da empresa.





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL PASSIVO

Quanto ao **Patrimônio Líquido**, observa-se leve incremento de 0,05% em janeiro/2026, passando de R\$ 9.062.231 para R\$ 9.066.529 (aumento de R\$ 4.298), explicado pela pequena redução do saldo negativo de Déficits acumulados, que passou de (R\$ 7.887.667) para (R\$ 7.883.369), permanecendo constantes o Capital Social de R\$ 1.500.000 e a Reserva de Lucros de R\$ 15.449.899.

Em resumo, o passivo mantém perfil de elevada concentração em patrimônio líquido e provisões, com oscilações de curto prazo concentradas em fornecedores e ajustes pontuais em obrigações diversas, recomendando-se acompanhamento específico da evolução de fornecedores e da dinâmica de endividamento de curto prazo, especialmente em função da limitada folga financeira evidenciada no ativo circulante.





POSIÇÃO CONTÁBIL E PATRIMONIAL ATIVO E PASSIVO

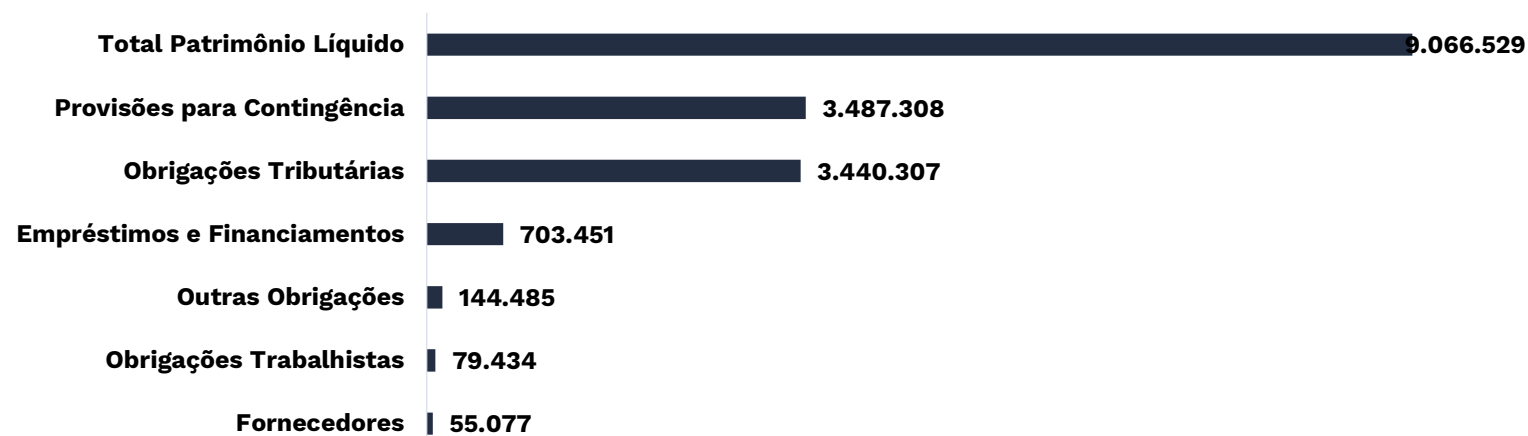
COMPOSIÇÃO DAS CONTAS DO ATIVO E PASSIVO (R\$) JANEIRO/2026

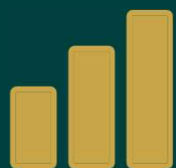
20

ATIVO (R\$)



PASSIVO (R\$)





ÍNDICES DE LIQUIDEZ

GRÊMIO ESPORTIVO JUVENTUS.

21

Os índices de liquidez são indicadores financeiros que demonstram a saúde financeira da empresa. No caso de Recuperação Judicial, servem para nortear o planejamento financeiro de curto e longo prazo.

ÍNDICES DE LIQUIDEZ

	2023	2024	Outubro/ 25 (RJ)	Novembro /2025	'Dezembro / 2025	'Janeiro/ 2026
■ Índice de Liquidez Geral (LG)	0,3788	0,2133	2,1534	2,1502	2,1461	2,1462
■ Índice de Liquidez Corrente (LC)	0,0004	0,0061	0,0020	0,0006	0,0026	0,0042
■ Índice de Liquidez Seca (LS)	0,0004	0,0061	0,0020	0,0006	0,0026	0,0042
■ Índice de Liquidez Imediato (LI)	0,0004	0,0061	0,0020	0,0004	0,0026	0,0042

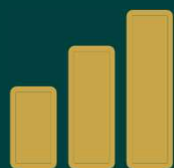
(LG) LIQUIDEZ GERAL: Capacidade da empresa em cumprir com suas obrigações no Longo Prazo. Ideal superior a 1.

(LC) LIQUIDEZ CORRENTE: Capacidade da empresa em cumprir com suas obrigações no curto prazo. Ideal superior a 1.

(LS) LIQUIDEZ SECA: Capacidade da empresa em cumprir com suas obrigações no curto prazo sem utilizar estoques. Ideal superior a 1.

(LI) LIQUIDEZ IMEDIATA: Capacidade da empresa em cumprir com suas obrigações de forma imediata. Ideal superior a 1.





ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Em janeiro de 2026, o **Índice de Liquidez Geral (LG)** atingiu 2,1462, mantendo-se praticamente estável em relação a dezembro de 2025 (2,1461) e com variação também pouco significativa frente a novembro de 2025 (2,1502) e outubro de 2025 – RJ (2,1534). Esse comportamento indica consistência na relação entre ativos realizáveis totais (curto e longo prazo) e passivos exigíveis totais (curto e longo prazo) no período pós-RJ, sem alterações estruturais relevantes.

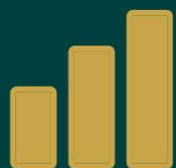
Comparativamente aos exercícios de 2023 (0,3788) e 2024 (0,2133), observa-se mudança expressiva de patamar a partir de outubro/2025, sugerindo reclassificações e/ou reconhecimento de ativos realizáveis no contexto do processo de Recuperação Judicial, elevando a capacidade teórica de cobertura do passivo total.

O **Índice de Liquidez Corrente (LC)** em janeiro de 2026 foi de 0,0042, apresentando melhora frente a dezembro de 2025 (0,0026) e ao menor patamar observado em novembro de 2025 (0,0006), além de superar outubro/2025 – RJ (0,0020).

Apesar do avanço, o indicador permanece em nível extremamente baixo, evidenciando que os ativos circulantes são insuficientes para cobrir o passivo circulante, o que confirma restrição relevante de capital de giro e dependência de medidas de recomposição de caixa e/ou alongamento de obrigações.

Nota-se que o LC foi 0,0061 em 2024 e 0,0004 em 2023, reforçando que a liquidez de curto prazo já se mostrava estruturalmente limitada, com oscilações mensais recentes relacionadas a pequenas variações no disponível.





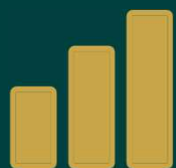
ÍNDICES DE LIQUIDEZ

O **Índice de Liquidez Seca (LS)** foi de 0,0042, apresentando melhora em relação a dezembro de 2025 (0,0026) e novembro de 2025 (0,0006), além de superar outubro/2025 – RJ (0,0020). A equivalência entre LS e LC indica inexistência de estoques relevantes, concentrando-se o ativo circulante basicamente em disponibilidades. Ainda assim, o índice permanece muito abaixo de 1, evidenciando reduzida capacidade de quitação das obrigações de curto prazo.

O **Índice de Liquidez Imediata (LI)** também atingiu 0,0042 em janeiro de 2026, refletindo aumento do disponível em comparação aos meses anteriores. Apesar da melhora, o indicador continua em patamar bastante baixo, demonstrando insuficiência de caixa para cobertura confortável do passivo circulante.

Houve melhora pontual na liquidez de curto prazo em janeiro de 2026, porém os índices LC, LS e LI permanecem extremamente reduzidos, confirmando fragilidade de capital de giro. Por outro lado, a Liquidez Geral mantém-se estável em nível elevado no período pós-RJ, indicando capacidade teórica de cobertura do passivo total, ainda que sem conversão efetiva em liquidez imediata.





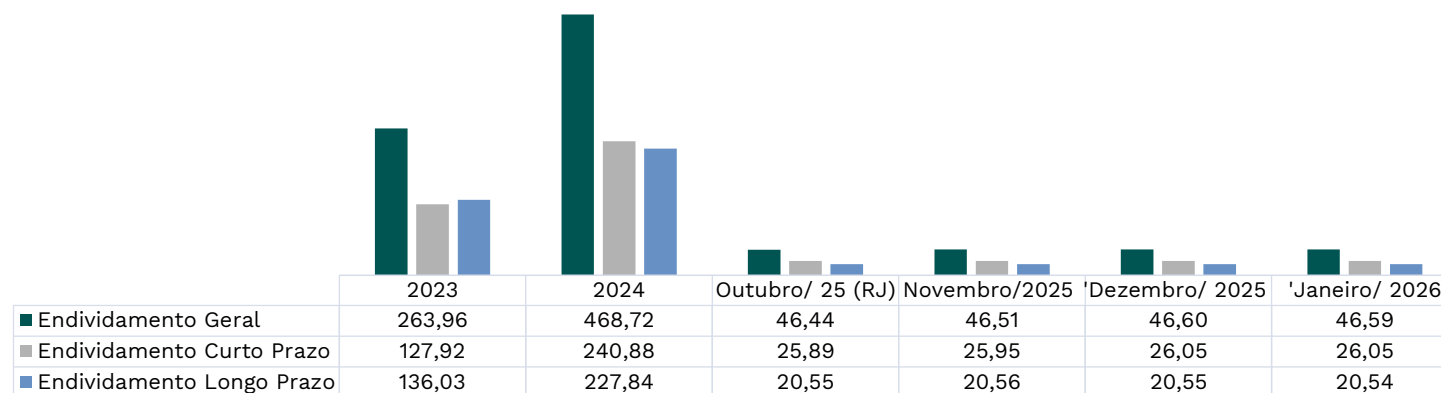
ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

GRÊMIO ESPORTIVO JUVENTUS.

24

Os índices de endividamento são indicadores financeiros que demonstram a saúde financeira da empresa. No caso de Recuperação Judicial, servem para nortear o planejamento financeiro de curto e longo prazo.

ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO



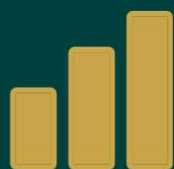
EG = Endividamento geral, mede a dimensão da dívida total da empresa em comparação ao seu ativo.

EF = Endividamento financeiro, relação entre o que a empresa está devendo a terceiros e o que foi investido pelos acionistas/sócios.

CE C/P = Composição do endividamento, relação entre a dívida de curto prazo e a dívida total da empresa.

CE L/P = Composição do endividamento, relação entre a dívida de longo prazo e a dívida total da empresa.





ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

Em janeiro de 2026, o **Endividamento Geral** atingiu 46,59, mantendo-se praticamente estável em relação a dezembro de 2025 (46,60) e com leve redução frente a novembro de 2025 (46,51), permanecendo em patamar muito próximo ao observado desde outubro/2025 (RJ) (46,44).

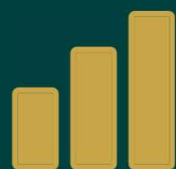
A leitura do indicador evidencia manutenção da proporção entre capitais de terceiros e a estrutura patrimonial no período pós-RJ, sem alterações relevantes na composição global do passivo. Em perspectiva histórica, observa-se que os níveis de 2023 (263,96) e 2024 (468,72) eram substancialmente superiores, indicando mudança significativa de patamar a partir de outubro/2025, compatível com reorganização/reclassificação patrimonial no contexto da Recuperação Judicial.

O **Endividamento de Curto Prazo** foi de 26,05, permanecendo inalterado em comparação a dezembro de 2025 (26,05) e acima de novembro de 2025 (25,95) e outubro/2025 (RJ) (25,89).

A evolução recente sugere discreto aumento da pressão de obrigações exigíveis no curto prazo ao longo do trimestre, ainda que sem variação material no último mês. Esse comportamento é consistente com a estabilidade do passivo circulante no período, com oscilações pontuais em fornecedores e ajustes marginais em outras rubricas, sem mudança estrutural relevante.

Quando comparado a 2023 (127,92) e 2024 (240,88), verifica-se redução expressiva, reforçando a alteração de patamar do endividamento a partir do período pós-RJ.





ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO

Em janeiro de 2026, o **Endividamento de Longo Prazo** registrou 20,54, com leve redução frente a dezembro de 2025 (20,55) e novembro de 2025 (20,56), mantendo-se muito próximo ao patamar de outubro/2025 (RJ) (20,55).

A estabilidade do indicador está alinhada à ausência de movimentação no passivo não circulante, composto essencialmente por provisões para contingência, sem registro de novas captações ou amortizações relevantes de longo prazo no período analisado.

Comparativamente a 2023 (136,03) e 2024 (227,84), também se observa redução substancial do indicador, coerente com a mudança de base patrimonial evidenciada a partir de outubro/2025.

Em síntese, os índices de endividamento indicam que, em janeiro de 2026, a recuperanda manteve estabilidade na estrutura de capitais, com endividamento total e suas parcelas de curto e longo prazos praticamente inalterados em relação aos meses anteriores, destacando-se apenas oscilações marginais, sem evidência de alteração estrutural relevante no perfil do passivo no período.





POSIÇÃO CONTÁBIL DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

GRÊMIO ESPORTIVO JUVENTUS.

27

DRE R\$

Demonstração do Resultado do Exercício	2023	2024	Outubro/ 25 (RJ)	Novembro/ 2025	Dezembro/ 2025	Janeiro/ 2026
(+) Receita Operacional Bruta	270.179	250.889	173.709	184.809	195.909	20.500
Arrecadação de Jogos	-	118.780	71.140	71.140	71.140	-
Outras Doações e Contribuições Voluntárias	172.000	44.010	-	-	-	-
Patrocínios	-	14.100	53.900	54.500	55.100	10.000
Receitas de Eventos	-	25.000	40.393	50.893	61.393	10.500
Receitas de Promoções	98.179	47.400	-	-	-	-
Sócio- Torcedor	-	1.597	8.276	8.276	8.276	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	2	0	0	0	0
(=) Receitas Operacionais Líquidas	270.179	250.889	173.709	184.809	195.909	20.500
(-) Custos	(320.357)	(343.010)	(854.509)	(853.332)	(849.734)	(7.750)
(-) Custos Com Pessoal/Gerais	(320.357)	(248.400)	(360.127)	(358.950)	(355.352)	-
(-) Custos Com Jogos	-	(88.611)	(322.015)	(322.015)	(322.015)	(4.250)
(-) Serviços Pessoa Juridica	-	(6.000)	(59.305)	(59.305)	(59.305)	-
(-) Despesas Gerais	-	-	(113.061)	(113.061)	(113.061)	(3.500)
(=) Lucro Operacional Bruto	(50.178)	(92.121)	(680.800)	(668.523)	(653.825)	12.750
% Margem Operacional Bruta	-18,57 %	-36,72 %	-391,92 %	-361,74 %	-333,74 %	62,20 %
(-) Despesas Operacionais	-	(2.991.255)	(37.810)	(64.860)	(90.150)	(18.452)
(-) Serviços Pessoa Juridica	-	-	(11.335)	(24.785)	(38.235)	(7.113)
(-) Despesas Gerais	-	(1.335.024)	(24.904)	(38.504)	(50.344)	(11.331)
(-) Despesas Tributárias	-	(1.656.186)	(1.212)	(1.212)	(1.212)	-
(-) Despesas Financeiras	-	(44)	(359)	(359)	(359)	(8)
(=) Lucro Operacional	(50.178)	(3.083.376)	(718.610)	(733.383)	(743.975)	(5.702)
% Lucro Operacional	-18,57 %	-1228,98 %	-413,69 %	-396,83 %	-379,76 %	-27,81 %
(=) Lucro/Prejuízo Líquido	(50.178)	(3.083.376)	(718.610)	(733.383)	(743.975)	(5.702)

Fonte: relatórios contábeis da Recuperanda





POSIÇÃO CONTÁBIL DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

Conforme a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada, no mês de janeiro de 2026 a recuperanda registrou Receita Operacional Bruta de R\$ 20.500, composta exclusivamente por Patrocínios (R\$ 10.000) e Receitas de Eventos (R\$ 10.500), não havendo, no período, registros de arrecadação de jogos, doações/contribuições, receitas de promoções, sócio-torcedor ou rendimentos financeiros.

Em comparação com dezembro de 2025 (R\$ 195.909), verifica-se redução expressiva do nível de receitas, evidenciando forte sazonalidade e/ou ausência de eventos e atividades geradoras de receita no início do exercício, circunstância que impacta diretamente a capacidade de cobertura dos dispêndios recorrentes.

No tocante aos custos, em janeiro de 2026 foram contabilizados R\$ 7.750, distribuídos entre custos com jogos (R\$ 4.250) e despesas gerais classificadas em custos (R\$ 3.500), sem apropriação de custos com pessoal/gerais e sem serviços de pessoa jurídica no bloco de custos no mês.

Em função disso, o Lucro Operacional Bruto apurado no período foi positivo em R\$ 12.750, refletindo margem operacional bruta de 62,20%; entretanto, destaca-se que tal margem favorável decorre principalmente do baixo nível de custos reconhecidos no mês, concomitantemente à redução acentuada do volume de receitas, devendo a leitura considerar a dinâmica de competência e a eventual natureza pontual das rubricas registradas.





POSIÇÃO CONTÁBIL DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 18.452 em janeiro de 2026, compostas por serviços de pessoa jurídica (R\$ 7.113), despesas gerais (R\$ 11.331) e despesas financeiras (R\$ 8), sem registro de despesas tributárias no período.

Como consequência, o resultado operacional tornou-se negativo, com Prejuízo Operacional de R\$ 5.702, equivalente a -27,81% da receita líquida do mês. Assim, o Resultado Líquido de janeiro de 2026 também foi prejuízo de R\$ 5.702, indicando que, apesar do resultado bruto positivo, as despesas operacionais superaram a margem gerada no período.

No comparativo com os meses imediatamente anteriores do período pós-RJ, observa-se que outubro/2025 a dezembro/2025 apresentaram receitas substancialmente superiores (R\$ 173.709, R\$ 184.809 e R\$ 195.909, respectivamente), porém acompanhadas de estrutura de custos elevada, resultando em prejuízos operacionais significativos (R\$ 718.610 em outubro/2025, R\$ 733.383 em novembro/2025 e R\$ 743.975 em dezembro/2025).

Em janeiro/2026, embora o prejuízo tenha sido consideravelmente menor em termos absolutos, isso se dá em um contexto de queda relevante de receitas e redução proporcional de dispêndios, o que reforça a necessidade de monitoramento contínuo da capacidade de geração de receitas recorrentes e do nível de despesas operacionais, especialmente para assegurar previsibilidade mínima de caixa e suporte às obrigações no âmbito da Recuperação Judicial.



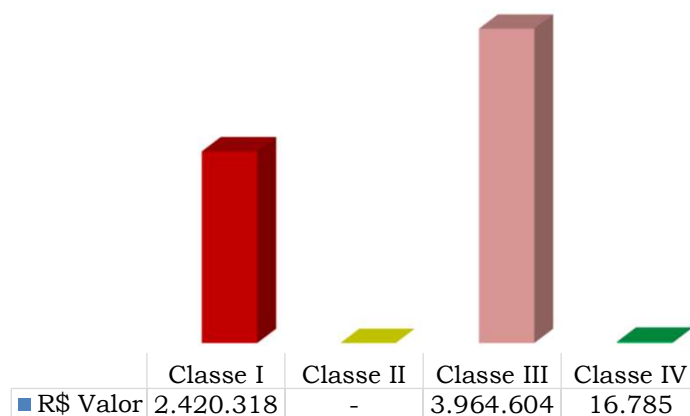


CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

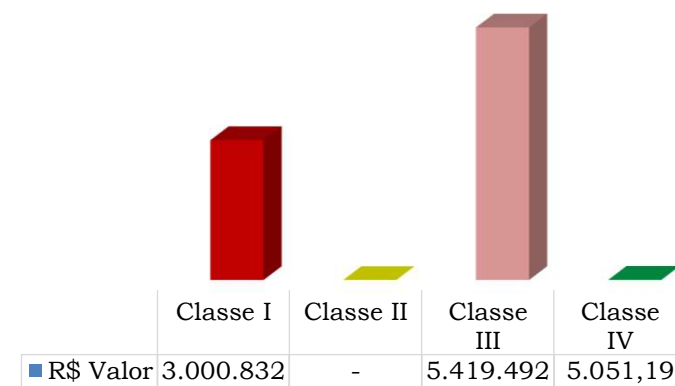
A Recuperanda apresentou a relação nominal de credores Em cumprimento ao disposto no **Art. 52, §1º, da Lei nº 11.101/2005** e no **Art. 7º, §1º, da Lei nº 11.101/2005**, referente ao deferimento do processamento da recuperação judicial, os credores deverão apresentar seus créditos e eventuais divergências ao Administrador Judicial, dentro do prazo legal.

EDITAL DO ART. 52º, §1º, DA LEI Nº 11.101/2005				EDITAL DO ART. 7º, DA LEI Nº 11.101/2005			
1º EDITAL (RECUPERANDA)				2º EDITAL (ADMINISTRADORA JUDICIAL)			
Classe	Nº Credores	R\$ Valor	%	Classe	Nº Credores	R\$ Valor	%
Classe I	69	2.420.318	37,81%	Classe I	59	3.000.832,39	35,62%
Classe II	-	-	0,00%	Classe II	0	-	0,00%
Classe III	13	3.964.604	61,93%	Classe III	7	5.419.492,72	64,32%
Classe IV	1	16.785	0,26%	Classe IV	3	5.051,19	0,06%
TOTAL GERAL	83	6.401.707	100%	TOTAL GERAL	69	8.425.376	100%

Credores por valor



Credores por valor



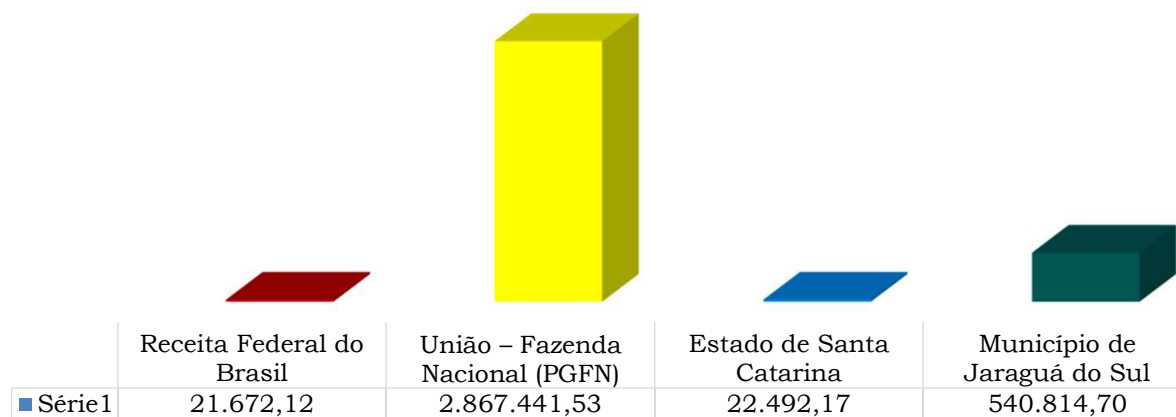


CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Com base na documentação apresentada pela Recuperandas foi identificada a existência de obrigações pendentes perante entes públicos das esferas federal, estadual e municipal. Tais passivos configuram **créditos não sujeitos**, conforme previsto no art. 49, §1º, da Lei nº 11.101/2005, e no art. 186 do Código Tributário Nacional (CTN), sendo, portanto, não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial.

Classificação	Devedor	Crédito
Não Sujeito	Receita Federal do Brasil	21.672,12
Não Sujeito	União – Fazenda Nacional (PGFN)	2.867.441,53
Não Sujeito	Estado de Santa Catarina	22.492,17
Não Sujeito	Município de Jaraguá do Sul	540.814,70
TOTAL		3.452.420,52

Credores Não Sujeitos





CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Conforme informações prestadas pela Recuperanda por meio de correio eletrônico datado de 30 de janeiro de 2026, foram apresentados esclarecimentos acerca da regularização dos créditos tributários não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, em atenção ao disposto no art. 57 da Lei nº 11.101/2005.

Observa-se que:

- no âmbito federal, os débitos estão sendo tratados por meio de parcelamento e regularização administrativa já deferida;
- no âmbito estadual, a situação fiscal encontra-se regular, conforme certidão com efeito de negativa válida; e
- no âmbito municipal, há pedido formal de transação fiscal em trâmite, pendente de análise e conclusão. Tais informações demonstram que a Recuperanda vem adotando medidas concretas para a regularização do passivo tributário não sujeito à recuperação judicial, em observância às exigências legais e às determinações judiciais pertinentes.

No âmbito **federal**, a Recuperanda informou que houve deferimento pela Receita Federal, com a devida anotação da situação especial decorrente da recuperação judicial, conforme consta no Cartão CNPJ emitido em 30/01/2026, no qual se verifica a situação cadastral ativa e a indicação de “Recuperação Judicial” como situação especial. Ademais, foi comunicada a prorrogação do Edital PGDAU nº 11, de 30 de maio de 2025, o que permitirá a continuidade do parcelamento dos débitos federais nas próximas semanas. Informou-se, ainda, que os créditos da União relacionados à Execução Trabalhista Unificada nº 0318100-55.2005.5.12.0046 serão igualmente incluídos no parcelamento nos termos do referido edital.





CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Assim, verifica-se que os débitos federais encontram-se em processo de regularização por meio de adesão a programas específicos de parcelamento, com providências administrativas já adotadas.

Portal de Cadastros RFB



Ficha Cadastral da Pessoa Jurídica - Entidade

84.438.316 - GREMIO ESPORTIVO JUVENTUS - EM RECUPERACAO JUDICIAL - Ativa

Dados Cadastrais

CNPJ da Entidade 84.438.316	Nome Empresarial GREMIO ESPORTIVO JUVENTUS - EM RECUPERACAO JUDICIAL	Natureza Jurídica 399-9 - Associação Privada
Constituição 26/03/1971	Porte Demais	Capital Social R\$ 0,00
Situação Cadastral Ativa	Motivo Situação Cadastral -	Data Situação Cadastral 27/02/2019
	Situação Especial RECUPERACAO JUDICIAL	Data Situação Especial 31/10/2025
		CNPJ da Matriz 84.438.316/0001-50

Balcão Único

Empresa com Estabelecimento	Prazo de Duração da Atividade	Data Início das Atividades	Data Término das Atividades	Data de Assinatura do Contrato

Integrantes

Tipo de Integrante	Qualificação	NI	Nome	Situação Cadastral	Inclusão	
Representante da Pessoa Jurídica	64 - Administrador Judicial	073.165.709-89	PAULO RICARDO RAIMONDI	Regular	31/10/2025	
Tipo Integrante	Qualificação	NI	Nome	Situação Cadastral	Participação (%)	Inclusão
Demais	16 - Presidente	073.165.709-89	PAULO RICARDO RAIMONDI	Regular		18/11/2020

Documento de 1 página(s) confirmado digitalmente. Pode ser consultado no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/ieCAC/publico/login.aspx> pelo código de localização EP30.0126.15268.0R9F. Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Cópia simples - Documento nato digital não assinado eletronicamente

30/01/2026 09:05:29

1 de 1





CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Ao que se refere aos **débitos estaduais**, foi apresentada Certidão Positiva de Débitos Estaduais com Efeito de Negativa, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina em 30/01/2026, com validade até 29/07/2026.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nome (razão social): **GREMIO ESPORTIVO JUVENTUS - EM RECUPERACAO JUDICIAL**
CNPJ/CPF: **84.438.316/0001-50**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão: **260140042209102**
Data de emissão: **30/01/2026 15:30:43**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **29/07/2026**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço:
<http://www.sef.sc.gov.br>





CREDORES NÃO SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

35

Conforme certificado emitido pela Procuradoria-Geral do Município, o procedimento administrativo foi instaurado e aguarda manifestação do(a) Procurador(a) do Município para posterior designação de audiência de transação. Assim, verifica-se que a regularização dos débitos municipais ainda não se encontra concluída, dependendo de deliberação administrativa para formalização do eventual acordo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
CÂMARA DE TRANSAÇÃO FISCAL

CERTIFICO

1303010000.000122/2025-92

Certifico que, na data de hoje, em razão de requerimento de Transação Fiscal apresentado e entregue pelo Requerente **GRÊMIO ESPORTIVO JUVENTUS** inscrita no CNPJ sob o nº 84.438.316/0001-50, sendo representado pelo Advogado **Marco José Poffo** (OAB/SC nº 31.808 e OAB/PR nº 122.576) em 14/11/2025, procedi à abertura deste processo SEI e à juntada de documentos que integram o pedido.

Sendo assim, o processo aguarda análise de admissibilidade pelo(a) Procurador(a) do Município para posterior designação de audiência de transação.

Jaraguá do Sul, 14 de novembro de 2025.

Referência: Processo nº 1303010000.000122/2025-92

SEI nº 1169265

Rua 25 de julho, nº 278 - Bairro Vila Nova | Jaraguá do Sul - SC | CEP 89259-000 | Telefone:





CONSIDERAÇÕES FINAIS

36

Com base nas informações apresentadas, seguem os comentários técnicos e orientações, conforme boas práticas contábeis e legislação vigente (especialmente com base na Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações e nos Princípios de Contabilidade):

As Demonstrações Financeiras referentes a janeiro de 2026 não se encontram assinadas pelo Contador responsável e pelo Representante Legal da empresa.

Depreciação, ausência de registros mensais de depreciação e amortização representa descumprimento das normas contábeis brasileiras, especialmente a NBC TG 27 (Ativo Imobilizado) e a NBC TG 04 (Ativo Intangível), que determinam o reconhecimento sistemático da perda de valor dos bens com o tempo de uso, permanece inalterado.

No que se refere aos **créditos sujeitos** aos efeitos da recuperação judicial, constata-se que o passivo reconhecido nas demonstrações contábeis da Recuperanda perfaz o montante de R\$ 4.469.754,36, composto pelas rubricas de fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações trabalhistas, outras obrigações e provisões para contingência. Após a verificação conforme art. 7º da Lei nº 11.101/2005, o valor total dos créditos sujeitos ao processo foi apurado em R\$ 8.425.376,30, abrangendo 69 credores devidamente habilitados.

A comparação entre os valores evidencia diferença substancial entre o passivo contabilmente registrado e o montante efetivamente reconhecido no âmbito da recuperação judicial, indicando que as obrigações sujeitas ao concurso apresentam dimensão significativamente superior àquela refletida originalmente nas demonstrações financeiras. Tal discrepância reforça a necessidade de constante conciliação entre os registros contábeis e o quadro geral de credores, a fim de assegurar adequada transparência e fidedignidade das informações.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

37

No que se refere aos créditos não sujeitos à recuperação judicial, informa-se que foi recebido e-mail contendo o andamento dos parcelamentos e os respectivos comprovantes das parcelas, os quais foram disponibilizados ao Administrador Judicial.

Entretanto, ao analisar as demonstrações contábeis encaminhadas em 20/01/2026, verifica-se que tais parcelamentos não estão devidamente registrados na escrituração contábil, tampouco houve a adequada reclassificação das obrigações para contas específicas de parcelamento. Assim, o valor total efetivamente devido não se encontra refletido de forma compatível nas demonstrações financeiras apresentadas.

Abaixo informações dos comprovantes recebidos:

Nº	Órgão / Credor	Referência / Receita	Documento / Parcelamento	Parcela	Vencimento	Data do Pagamento	Valor Pago (R\$)	Observação
1	Estado de SC – SEFAZ	Multas Corpo de Bombeiros Militar – Parcelamento (Receita 6246)	Doc. 261100062002	1	30/01/2026	27/01/2026	156,95	DVA Não Tributária
2	Estado de SC – SEFAZ	FUNJURE – Honorários Advocatícios (Receita 9776)	Doc. 240016663286	1	30/01/2026	27/01/2026	15,69	Honorários Dívida Ativa
3	Estado de SC – Dívida Ativa / TJ	Dívida Ativa – TJ – Tributário (Receita 6025)	Doc. 261100061960	1	30/01/2026	27/01/2026	153,47	Parcelamento Tributário
4	Estado de SC – SEFAZ	FUNJURE – Honorários Advocatícios (Receita 9776)	(Doc. não informado no corpo)	1	30/01/2026	27/01/2026	15,35	Honorários sobre CDA
5	Tribunal de Justiça do Estado de SC	Parcelamento Consolidado nº 114125	Nosso Número 8003300845	1	27/02/2026	29/01/2026	220,02	Custas judiciais parceladas





CONSIDERAÇÕES FINAIS

ORIENTAÇÕES À RECUPERANDA

Recomenda-se que a recuperanda mantenha a rotina de conciliações contábeis mensais, assegurando a consistência e a confiabilidade das informações apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

Adicionalmente, orienta-se a criação de um grupo específico no Passivo Não Circulante, destinado ao registro dos credores sujeitos à Recuperação Judicial, em conformidade com a Lei nº 11.101/2005. Esse grupo deverá ser segregado por classes, conforme previsto na legislação:

Classe Trabalhista, créditos decorrentes de relações de trabalho ou por acidente de trabalho;

Classe Quirografária, créditos sem privilégio, inclusive fornecedores e prestadores de serviços;

Classe de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), créditos previstos para o tratamento diferenciado às MEs e EPPs.

Cada crédito sujeito à recuperação deve ser contabilizado individualmente, essa prática permitirá, maior transparência nas informações prestadas a credores, investidores e ao juízo, clareza na segregação das obrigações, evitando distorções na análise de liquidez e solvência, aprimoramento do controle financeiro, fundamental para o acompanhamento do plano de recuperação, além de subsídio à tomada de decisões estratégicas, garantindo que a administração disponha de informações confiáveis e tempestivas para reestruturação da empresa.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos que fundamentam a elaboração deste relatório encontram-se disponíveis para consulta, mediante solicitação formal dirigida à Administradora Judicial, que permanece à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos ou informações complementares.

Procedeu-se à análise minuciosa das informações e dos documentos contábeis apresentados pela Recuperanda, os quais foram confrontados com dados verificados de forma analítica, considerando todos os aspectos relevantes.

A referida análise foi conduzida em estrita observância aos princípios, normas e melhores práticas vigentes no país, com a aplicação de metodologia de contabilidade e análise econômico-financeira.

Os resultados obtidos, bem como eventuais pontos de melhoria e/ou recomendações identificadas, encontram-se detalhados neste relatório.

Conclui-se que, em janeiro de 2026, a empresa mantém desequilíbrio econômico-financeiro recorrente, evidenciado por liquidez insuficiente, elevado endividamento de curto prazo, patrimônio líquido negativo e despesas incompatíveis com a geração de receita, resultando em prejuízo e agravamento da deterioração patrimonial. O cenário compromete a solidez financeira e a capacidade de continuidade, exigindo medidas imediatas de reestruturação operacional e financeira, regularização fiscal e, se necessário, recomposição de capital para restabelecimento do equilíbrio patrimonial.





ANEXOS

GRÊMIO ESPORTIVO JUVENTUS.

Doc. 01 – Balanço Patrimonial – ***Sem assinatura Contador e representante legal***

Doc. 02 – Demonstração Resultado do Exercício ***Sem assinatura Contador e representante legal***

Doc. 03 – Demonstração do Fluxo de Caixa ***Sem assinatura do representante legal***

Doc. 04 – Relação Funcionários - ***não possui***

Doc. 05 – Extratos de Débitos





ANDAMENTO PROCESSUAL

ATOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL JUVENTUS			
ATO	DATA	REFERÊNCIA	OBSERVAÇÕES
Data do Pedido de processamento da Recuperação Judicial	14/10/2025	Ev.1	Data limite para atualização de créditos em sede de HC/IC.
Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial e início do <i>stay period</i> (art. 6º c/c 52, III, da LRF)	31/10/2025	Ev.18	<i>stay period</i> (180 dias); nomeação AJ; orientações processuais às partes e à Serventia.
Início do <i>Stay Period</i> (art. 6º c/c 52, III, da LRF)	31/10/2025	Ev.18	180 dias contados a partir de 31/10/2025, cf. art. 6º c/c 52, III, LRF.
Limite para apresentação do PRJ (art. 53 da LRF)	30/12/2025	Evs.18	60 dias contados a partir de 31/10/2025 (DJEN: 04/11/2025), cf. art. 53 da LRF.
Publicação do edital previsto no art. 52, §1º, da LRF	06/11/2025	Ev.34	Publicado no Dje do dia 05/11/2025.
Início do Prazo para Habilitações/Divergências Administrativas	10/11/2025	Ev.34	15 dias corridos a partir de 10/11/2025
Término do prazo previsto no art. 52, §1º, da LRF	24/11/2025	Ev.34	
Início da Verificação Administrativa do AJ (art. 7º, §2º, da LRF)	25/11/2025	Ev.34	
Limite para publicação do edital previsto no art. 7º, §2º, da LRF	08/01/2026	Ev.34	
Publicação do edital previsto no art. 7º, §2º, da LRF	08/01/2026	Ev.95	Veiculado no Dje do dia 21/01/2026.
Início do Prazo para Habilitações Judiciais (art. 8º da LRF)	23/01/2026	Ev.95	10 dias corridos a partir de 02/09/2025.
Término do prazo previsto no art. 8º, da LRF	04/02/2026	Ev.95	
Término do <i>Stay Period</i>	29/04/2026	Ev.18	180 dias contados a partir de 31/10/2025, cf. art. 6º c/c 52, III, LRF.
Limite para realização de AGC (art. 56, §1º, da LRF)	30/03/2026	Ev.18	150 dias contados a partir de 31/10/2025, cf. art. 56, §1º, LRF.
Prazo de fiscalização judicial (art. 61 da LRF)	31/10/2027	Ev.18	2 anos contados a partir da concessão da RJ, cf. art. 61 da LRF.



Informações

Contato Equipe



A nossa equipe está comprometida em oferecer o melhor serviço possível para todos os nossos clientes. Juntos, acreditamos que podemos alcançar grandes feitos e criar um impacto positivo na vida das pessoas que servimos.



(41) 3014-7414



www.goldston.com.br



contato@goldston.com.br



R. XV de fevereiro, 362 / 701